



SSL
Fls. 02
Rub. FBR

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Despacho	Protocolo	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>27 DESPACHO</p><p>Recebido nesta data Registra-se, autue-se. Inclua-se em Pauta, para os efeitos do artigo <u>132</u> do regime interno. Sala das Sessões.</p><p>Em, <u>13 / 12 / 20</u> <u>23</u></p><p>_____ PRESIDENTE</p></div>		<p>PROJETO DE LEI</p> <p>Nº _____/2023.</p>
<p>AUTOR: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 185 /2023.</p>		

PROJETO DE LEI Nº _____ DE _____ DE 2023.

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no estado de Mato Grosso (FMTE) e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo, o Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no estado de Mato Grosso - FMTE, de natureza financeira e contábil, para vigorar até o ano de 2032, com a finalidade de ampliar e melhorar o acesso à educação das crianças e dos adolescentes, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, mediante transferência financeira aos municípios mato-grossenses que atenderem às disposições legais desta Lei, bem como das normas infralegais pertinentes ao FMTE.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

§ 1º O Fundo tem por finalidade ampliar o acesso à educação, promover a equidade e melhorar o nível da aprendizagem do ensino público mato-grossense, mediante transferência financeira aos municípios, com ênfase no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 11.422, de 14 de junho de 2021, devidamente regulamentada pelo Decreto 1.497, de 10 de outubro de 2022.

§ 2º Os recursos destinados aos municípios poderão ser utilizados para melhorias da infraestrutura escolar das redes municipais, bem como para aquisição, contratação e viabilização de investimentos na educação, conforme Lei Estadual nº 12.008, de 13 de janeiro de 2023.

§ 3º O FMTE destinará recursos, prioritariamente, para os municípios com menor PIB *per capita* do estado de Mato Grosso.

Art. 2º Constituição recursos do FMTE:

I - as dotações consignadas no orçamento e os créditos adicionais que lhe sejam destinados;

II - doações, auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas, físicas ou jurídicas, bem como de entidades e organizações, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III - rendimentos de aplicações financeiras dos seus recursos;

IV - saldos de exercícios anteriores e da restituição de recursos financeiros não aplicados pelos municípios;

V - outras receitas que lhe venham a ser legalmente destinadas.

§ 1º A cada final de exercício financeiro, os recursos não utilizados devem ser transferidos para o exercício financeiro subsequente e mantidos no FMTE.

§ 2º Os recursos a que se refere o *caput* deste artigo serão mantidos em conta específica.

§ 3º Os recursos provenientes de operações de crédito ou de outras fontes vinculadas, em cumprimento às exigências contratuais ou a outro dispositivo legal, poderão ser movimentados em contas específicas abertas para o Fundo.

Art. 3º O FMTE terá escrituração contábil própria, ficando a aplicação de seus recursos sujeita à fiscalização e ao acompanhamento dos órgãos de controle interno e externo, nos prazos previstos na legislação pertinente.

Art. 4º Os municípios de que trata o art. 1º desta Lei poderão receber recursos transferidos pelo Fundo sob uma das seguintes formas:



SSL
Fls. 04
Rub. JRL

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

I - por meio de fundo municipal de investimento especificamente criado para essa finalidade, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, ou equivalente, na modalidade de transferência fundo a fundo, para execução de plano de aplicação definido na forma prevista nesta Lei; e

II - mediante criação de subconta específica para essa finalidade em fundo já existente, vinculado à respectiva Secretaria Municipal de Educação, ou equivalente, na modalidade de transferência fundo a fundo, para execução de plano de aplicação definido na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A transferência de recursos do Fundo dar-se-á a partir da análise do preenchimento dos critérios estabelecidos nesta Lei e em normas infralegais que regulamentarem o Fundo, assim como pelo atendimento das solicitações e documentações estabelecidas em edital a ser publicado pela Secretaria de Estado de Educação.

§ 2º A transferência será efetuada pelo Estado, para conta corrente específica a ser indicada pelo município, em instituição financeira indicada pelo Estado, via edital.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 5º O FMTE ficará vinculado à Secretaria de Estado de Educação e as aplicações de seus recursos devem ser identificadas mediante a criação de Unidade Orçamentária específica.

Art. 6º Compete ao Conselho do FMTE estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Estadual de Regime de Colaboração.

CAPÍTULO III DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO

Art. 7º Fica criado o Conselho Deliberativo do FMTE.

Parágrafo único O Conselho Deliberativo do FMTE será composto pelo titular da Secretaria de Estado de Educação, que o presidirá; e titulares da Secretaria Adjunta Executiva de Estado de Educação; da Secretaria Adjunta de Gestão Regional; da Secretaria Adjunta de Gestão Educacional; da Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica; da Secretaria Adjunta de Gestão de Pessoas; e, por fim, da Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Patrimônio:

I - definir normas e critérios de aplicação dos recursos;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

II - deliberar sobre as inscrições e a aprovação dos planos de aplicação apresentados pelos municípios;

III - deliberar sobre outras questões pertinentes ao alcance dos objetivos do FMTE.

IV - Criar, por meio de portaria, comitê gestor, o qual será encarregado de acompanhar a execução dos recursos transferidos pelo FMTE, bem como aprovar as prestações de contas apresentadas pelos municípios.

Art. 8º O Conselho editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo FMTE, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 9º O plano de aplicação apresentado pelo município, juntamente aos demais documentos exigidos, cuja forma e conteúdo serão definidos em edital publicado pela Secretaria de Estado de Educação, contemplará ações de construção, reforma e ampliação de unidades escolares e/ou seus espaços esportivos, aquisição de bens permanentes, além de outros investimentos de relevante interesse voltados para a ampliação da oferta e melhoria da qualidade de ensino na educação infantil e no ensino fundamental.

§ 1º Os planos de aplicação, juntamente aos demais documentos exigidos, serão analisados pela Secretaria de Estado de Educação.

§ 2º Os recursos transferidos pelo FMTE de que trata o artigo 4º desta Lei devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento de despesas que estejam enquadradas como despesa de capital, no grupo natureza da despesa "4 - Investimentos", e que estejam previstas no plano de aplicação aprovado pela Secretaria de Estado de Educação.

Art. 10 O município enviará ao legislativo municipal e estadual, no mês de março de cada ano, relatório sobre a aplicação dos recursos recebidos do FMTE.

Parágrafo único Deverá constar nos relatórios de que trata o *caput* deste artigo a listagem dos projetos realizados por meio dos recursos do FMTE.

Art. 11 O apoio institucional do Governo do Estado de Mato Grosso, realizado por meio do FMTE, deverá constar nas comunicações oficiais realizadas pelo município e nos respectivos objetos financiados por este.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 12 O repasse dos recursos para os municípios está condicionado à prévia assinatura de um termo de responsabilidade para cada plano de aplicação contemplado pelo FMTE, pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 13 É responsabilidade exclusiva dos municípios destinatários das verbas repassadas via FMTE a boa, regular e correta aplicação desses recursos, incluindo a regularidade dos processos de licitação, empenho, liquidação e pagamento das despesas decorrentes da execução dos objetos contemplados, sendo obrigatória a apresentação das prestações de contas à Secretaria de Estado de Educação e aos órgãos de controle interno e externo.

§ 1º Em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, é dos municípios toda e qualquer responsabilidade sobre as obras realizadas e os bens adquiridos por meio dos editais do FMTE.

§ 2º Os municípios ficam obrigados a devolver recursos financeiros recebidos do FMTE, se aplicados com finalidade diversa daquela constante no plano de aplicação aprovado.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS


Art. 14 Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 15 Ficam autorizadas as alterações necessárias ao cumprimento desta Lei no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 16 O Poder Executivo, por Decreto, expedirá instruções para a fiel execução desta Lei, bem como delegará, conforme o caso, competências para expedir atos normativos complementares.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e regerá aos editais de chamada pública aos municípios.

Palácio Paiaguás em Cuiabá, 07 de dezembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.


OTAVIANO PIVETTA
Governador do Estado em exercício



SSL
Fls. 07
Rub. J.R.N.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

MENSAGEM Nº 185, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores e Senhora Parlamentares,**

No exercício da competência estabelecida pelo artigo 39 da Constituição do Estado, tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à qualificada apreciação dessa Casa de Leis, o anexo Projeto de Lei que *“Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no estado de Mato Grosso”*.

A proposta de Lei tem por objetivo a institucionalização de um fundo que facilitará, dinamizará e tornará mais eficiente o regime de colaboração entre o estado e os municípios.

O texto constitucional, no artigo 211, estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, sem que haja conflito ou concorrência entre esses entes na oferta da educação.

Contudo, além dos desafios inerentes à divisão de tarefas entre os entes federativos na oferta do direito fundamental à educação, é necessário, também, ponderar o subfinanciamento como problema comum entre a maioria dos municípios brasileiros e, em especial, mato-grossenses.

Para superá-lo, torna-se necessário o apoio financeiro deste governo estadual aos municípios, que recebem a menor proporção dos tributos arrecadados pela administração pública. E diante da perspectiva da equidade, os repasses serão realizados, prioritariamente, aos municípios com menor PIB *per capita* do Estado de Mato Grosso.

Assim, pretende-se ampliar o acesso à educação e promover a equidade e a melhoria do nível de aprendizagem no ensino na Educação Infantil e Ensino Fundamental, em especial no cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei 11.422/2021, regulamentada pelo Decreto 1.497/2022.

O presente modelo permite que o município solicite os recursos financeiros para melhorias da infraestrutura escolar das redes municipais, bem como para aquisição, contratação e viabilização de investimentos na educação, conforme as ações relacionadas nos incisos I e II do parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 12.008, de 13 de janeiro de 2023.



SSL
Fls. 08
Rub. J.R.L.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Para tanto, o FMTE, de natureza financeira e contábil, vigorará até o ano de 2032 e terá escrituração contábil própria.

As receitas previstas para constituir recursos do FMTE são: (I) dotações consignadas no orçamento e os créditos adicionais que lhe sejam destinados, conforme previsões na Lei no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA; (II) doações, auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas, físicas ou jurídicas, bem como de entidades e organizações, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; (III) rendimentos de aplicações financeiras dos seus recursos; (IV) saldos de exercícios anteriores e da restituição de recursos financeiros não aplicados pelos municípios e (V) outras receitas que lhe venham a ser legalmente destinadas.

O repasse dos recursos ocorrerá na modalidade de transferência fundo a fundo e está condicionado, dentre outros documentos, ao plano de aplicação de recursos, a ser aprovado pela Secretaria de Estado de Educação, bem como à apresentação de um termo de responsabilidade para cada plano de aplicação contemplado pelo FMTE, assinado pelo Chefe do Executivo Municipal.

Isto porque será de responsabilidade exclusiva dos municípios destinatários das verbas repassadas via FMTE a boa, regular e correta aplicação desses recursos, incluindo a regularidade dos processos de licitação, empenho, liquidação e pagamento das despesas decorrentes da execução dos objetos contemplados.

Por fim, a Lei cria o Conselho Deliberativo para o FMTE, que terá o papel de estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Estadual de Regime de Colaboração, instituída pelo Programa Educação - 10 anos, por meio do Decreto nº 1.497/2022.

Diante do exposto, apresenta-se a presente propositura como instrumento para tornar mais célere, articulado e eficiente o apoio do governo estadual aos municípios do estado de Mato Grosso para melhoria das condições de oferta da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Estas são as razões que me conduzem a submeter o presente à apreciação desta Casa, contando com a colaboração de Vossas Excelências para a sua aprovação.

Palácio Paiaguás, Cuiabá-MT, 07 de dezembro de 2023.


OTAVIANO PIVETTA

Governador do Estado em exercício



SSL
Fis. 09
Rub. J&P.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

OFÍCIO/GG/ 191 /2023-SAD.

Cuiabá, 07 de dezembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **EDUARDO BOTELHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Governador "Dante Martins de Oliveira"
Nesta.

Senhor Presidente,


16	LIDO
Na Sessão da:	
Em	/ /20
13 DEZ 2023	
M ^o Secretário	

Submeto à qualificada apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa a **MENSAGEM Nº 185 /2023**, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "*Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no estado de Mato Grosso*".

Atenciosamente,


OTAVIANO PIVETTA
Governador do Estado em exercício

Recebido em
07/12/2023
às 18:30 h.


NEY AUGUSTO